

IRNI-2021
RAIA - ESPM

Caro leitor,

É com grande alegria que apresentamos a você a edição de 2021 do Índice de Risco para Negócios Internacionais da ESPM. Como poderá ser visto nas páginas seguintes, o ESPM-IRNI é mais uma contribuição da nossa Escola para o desenvolvimento do ambiente de negócios no Brasil. Dessa forma, a ESPM pretende mais uma vez contribuir com sua expertise para o avanço do debate público sobre análise de risco para negócios, mas sempre com uma motivação ulterior, qual seja, o progresso do país. Queremos crer que almejar retribuir à sociedade é uma característica intrínseca de todas as instituições de ensino superior.

O ESPM-IRNI é mais uma instância do único objetivo de nossa Escola, que é a excelência. Seja a excelência na infraestrutura, nas práticas de ensino, no ambiente de estudo e de trabalho ou, como no caso do presente relatório, na produção de conhecimento acadêmico. Em tudo que fazemos buscamos a excelência, e uma excelência que seja perene, que orgulhe nossos alunos hoje e sempre, posto que estes nunca deixarão de ser parte da ESPM. Assim, esperamos que o leitor, seja você um empresário brasileiro, um estudante, um acadêmico ou alguém interessado em análise de risco, possa desfrutar desse trabalho. Tenha certeza que se trata de um produto de muito esforço, de muita pesquisa e de muita reflexão, e que foi feito com muito cuidado pela equipe do Risk Analysis and International Affairs (RAIA), nosso laboratório de análise de risco.

Desejamos a você uma excelente leitura!

RODOLPHO TALAISYS BERNABEL
COORDENADOR DO RISK ANALYSIS AND INTERNATIONAL AFFAIRS

EQUIPE RAIA

COORDENADOR

Rodolpho Talaisys Bernabel

ANALISTAS JUNIORES (2019 – 2020)

Amanda Rita Romeiro
Mateus Barbosa
Mariana Pellielo Luppe
Bruna Verotti Gomez
Arthur Marin Freitas
Giovana Oliveira Lobo Campos
Beatriz Amaral Martin
Julia Maria Maffioletti Costa
Gabriel Imperador
Thais Rocha Fernandes
Vitor Tchordach Sukadolnik
João Marcelo Mazzei Batista
Laura Carrizo de Drummond
Vitor Martins Costa
Filippe Travassos
Lucas Baptista Navarra
Bruno Berkiensztat
Caio Henrique Magliano Hall Nielsen
Guilherme Vinicius Hortale Motta
Fernanda Reis Lucio
Fernanda Ryukiti Pierami Sanomiya
Luísa Lotto Ywamoto

PROFESSOR CONVIDADO

Gunther Rudzit

DIAGRAMAÇÃO

Laura Carrizo de Drummond

O ESPM-IRNI

O ESPM Índice de Risco para Negócios Internacionais (ESPM-IRNI) é uma ferramenta de análise com o propósito de auxiliar os empresários a tomar decisões sobre investimentos internacionais. Criado pelo RAIA, o ESPM-IRNI possui características que o diferenciam de índices similares, dado o objetivo específico - negócios internacionais - que orientou a sua concepção. Queremos fornecer aos tomadores de decisão de investimentos internacionais uma medida de risco para negócios internacionais que agrega informações sobre política externa, política doméstica, ambiente de negócios, economia, corrupção, segurança, entre outras dimensões. Dessa maneira, o ESPM-IRNI é uma sistematização de uma vasta gama de informações dispersas que exigiriam demasiado tempo e esforço dos tomadores de decisão para serem transformadas em conhecimento. Assim, o ESPM-IRNI é a transformação de informação em conhecimento utilizável no processo de tomada de decisão, fruto de um intenso trabalho de pesquisa de uma equipe de analistas, operando em conjunto num ambiente acadêmico. Primou-se pela escolha das variáveis mais apropriadas, pela qualidade dos bancos de dados utilizados e pelo tratamento estatístico na produção dos resultados. Nossa intenção é que o índice seja um ponto de partida, e não de chegada, em análises de risco, pois sabemos que uma análise de risco para negócios internacionais precisa ser tão individualizada quanto possível, levando em conta informações específicas dos problemas de investimentos que não podem ser agregados em um índice. Essa é a prática adotada pelo RAIA em nossas análises de risco, e, partindo do ESPM-IRNI, é possível expandir as análises de acordo com as características específicas de cada situação. A elaboração do ESPM-IRNI visa contribuir com o debate na área de análise de risco para negócios internacionais, mas, principalmente, auxiliar de forma direta o investidor na tomada de decisão e, então, minimizar os riscos em seus negócios internacionais.



METODOLOGIA

Nossa metodologia possui cinco pilares básicos que levamos em consideração ao produzir o ESPM-IRNI. Estes cinco pontos estão detalhados a seguir.

1. **Países**

Consideramos as 100 maiores economias do mundo de acordo com os dados do Fundo Monetário internacional.

2. **Escolha das variáveis**

O ESPM-IRNI, diferentemente de outros índices de risco, preocupa-se principalmente com o setor privado por conta de seu foco em negócios internacionais. Dessa maneira, a escolha das variáveis privilegia os fatores que possam trazer riscos para os investimentos internacionais do setor privado. Olhamos para variáveis econômicas, políticas, de estabilidade do Estado, corrupção, ambiente regulatório e segurança.

3. **Escolha dos bancos de dados**

Decidimos incluir no ESPM-IRNI apenas bancos de dados produzidos por fontes confiáveis, tais como universidades, think tanks e organismos internacionais. As bases escolhidas são de acesso público.

4. **Modelagem estatística**

Padronizamos todas as variáveis e criamos uma escala de risco relativo entre os países que varia de 0 a 100. A padronização permite a agregação de variáveis com unidades de medidas diferentes, além de manter a distância relativa entre os valores dentro da mesma variável, o que minimiza a perda de informações, comum em outros índices que optam por classificar os valores das variáveis em faixas ou categorias. Já a escala de 0 a 100 facilita a leitura dos resultados.

5. **Atualização do Índice de Risco**

O ESPM-IRNI é atualizado anualmente. Trabalhamos com uma perspectiva científica na construção e manutenção do índice. Na produção de conhecimento, estamos sempre em busca de confiabilidade para manutenção de um alto rigor científico. Ressaltamos que o que determina a validade científica de um resultado é sua metodologia e por isso nossa metodologia está sob constante inspeção. Assim, monitoramos novos dados, novas variáveis e novas técnicas de modelagem constantemente, para, sempre que possível, aprimorarmos nossa metodologia e atualizarmos os resultados.

AVISO LEGAL

O IRNI pode apontar oportunidades e evidenciar riscos agregados para o investidor. Deve-se tomar a pontuação no IRNI como um ponto de partida em uma priorização de mercados e não como o único ponto de informação para tanto. Uma priorização de mercados deve ser acompanhada de um estudo específico do país de interesse, do setor em questão e do modo de entrada, o que está fora do escopo do IRNI. Assim, não nos responsabilizamos por quaisquer perdas ou prejuízos por decisões baseadas no IRNI.

RESULTADOS E ANÁLISES

O ano de 2021 deve ser um período de reconstrução. A pandemia de SARS-CoV-2 que já matou mais de 1 milhão e 200 mil pessoas continuará a trazer efeitos nefastos, tanto para a saúde quanto para a economia. Porém, o advento das vacinas, a imunização de grande parte da população global, o aprendizado sobre a prevenção do contágio e melhores práticas terapêuticas devem evitar a repetição na mesma escala da situação da qual estamos saindo. Assim, o comércio precisará ser normalizado, a circulação de pessoas retomada. Os custos serão altos, em termos de protocolos de segurança, certamente, mas principalmente com relação ao endividamento dos países. Além disso, uma ameaça já presente e que deve se aprofundar é o protecionismo econômico.

O investidor internacional, seja aquele que começa a tentar exportar seu produto ou aquele que pretende fazer um investimento direto em outro país não deve, contudo, congelar completamente seu planejamento. Pode-se pensar que negociar internacionalmente ficou mais caro, o que pode ser verdade, porém, lembre-se que deixar seus bens econômicos num só país também é arriscado e contar com o mercado de um só país também é arriscado.

A tabela, o gráfico e o mapa a seguir mostram a pontuação dos países no IRNI-2021, bem como a diferença do país com relação à média das 100 nações pesquisadas e a distribuição geográfica dos riscos.



RANKING

PAÍS	IRNI - 2021	RELAÇÃO À MÉDIA
SUÍÇA	8,91	-29,54
ALEMANHA	9,05	-29,41
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	11,86	-26,59
DINAMARCA	11,86	-26,59
SUÉCIA	12,49	-25,97
CINGAPURA	13,16	-25,29
NORUEGA	14,30	-24,15
CHINA	16,14	-22,31
FINLÂNDIA	16,19	-22,27
AUSTRÁLIA	17,37	-21,08
ÁUSTRIA	17,55	-20,91
NOVA ZELÂNDIA	17,71	-20,74
COREIA DO SUL	18,22	-20,23
CANADÁ	20,05	-18,40
IRLANDA	20,23	-18,22
REINO UNIDO	20,82	-17,63
FRANÇA	21,31	-17,15
REPÚBLICA TCHECA	22,54	-15,91
JAPÃO	22,76	-15,69
HONG KONG	23,21	-15,24
BÉLGICA	23,31	-15,15
LITUÂNIA	24,25	-14,20
CHILE	25,34	-13,11
MALÁSIA	25,64	-12,81
TAIWAN	25,88	-12,57
POLÔNIA	26,80	-11,65
ESLOVÊNIA	27,81	-10,64
URUGUAI	28,01	-10,44
TAILÂNDIA	28,15	-10,30
ESLOVÁQUIA	28,61	-9,84
PORTUGAL	28,88	-9,57
HUNGRIA	28,90	-9,55
BULGÁRIA	29,14	-9,31
ESPANHA	29,91	-8,54
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS	30,09	-8,37
ITÁLIA	30,31	-8,14
PAÍSES BAIXOS	30,45	-8,01
COSTA RICA	30,70	-7,75

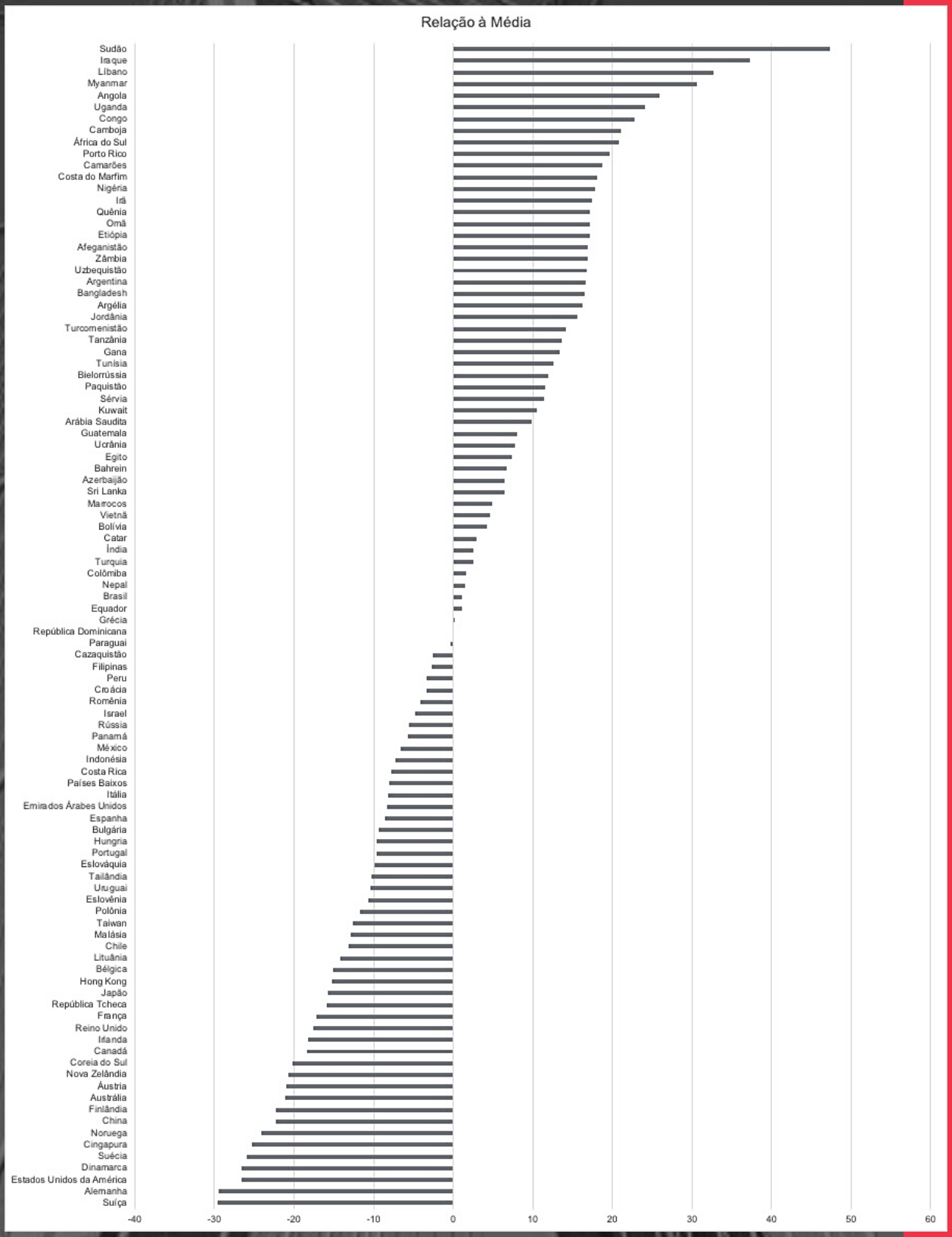
RANKING

PAÍS	ERNI - 2021	RELAÇÃO À MÉDIA
INDONÉSIA	31,21	-7,24
MÉXICO	31,79	-6,66
PANAMÁ	32,75	-5,71
RÚSSIA	32,93	-5,53
ISRAEL	33,70	-4,75
ROMÊNIA	34,33	-4,13
CROÁCIA	35,07	-3,39
PERU	35,11	-3,34
FILIPINAS	35,81	-2,64
CAZAQUISTÃO	35,91	-2,54
PARAGUAI	38,10	-0,36
REPÚBLICA DOMINICANA	38,33	-0,12
GRÉCIA	38,57	0,12
EQUADOR	39,59	1,13
BRASIL	39,61	1,16
NEPAL	39,89	1,43
COLÔMIBA	40,09	1,64
TURQUIA	41,00	2,55
ÍNDIA	41,04	2,59
CATAR	41,35	2,90
BOLÍVIA	42,66	4,21
VIETNÃ	43,07	4,61
MARROCOS	43,33	4,88
SRI LANKA	44,90	6,45
AZERBAIJÃO	44,94	6,49
BAHREIN	45,18	6,73
EGITO	45,77	7,32
UCRÂNIA	46,20	7,75
GUATEMALA	46,48	8,03
ARÁBIA SAUDITA	48,33	9,88
KUWAIT	48,94	10,49
SÉRVIA	49,89	11,44
PAQUISTÃO	50,01	11,56
BIELORRÚSSIA	50,41	11,96
TUNÍSIA	51,09	12,64
GANA	51,88	13,43
TANZÂNIA	52,08	13,62
TURCOMENISTÃO	52,61	14,16
JORDÂNIA	54,02	15,57
ARGÉLIA	54,68	16,23

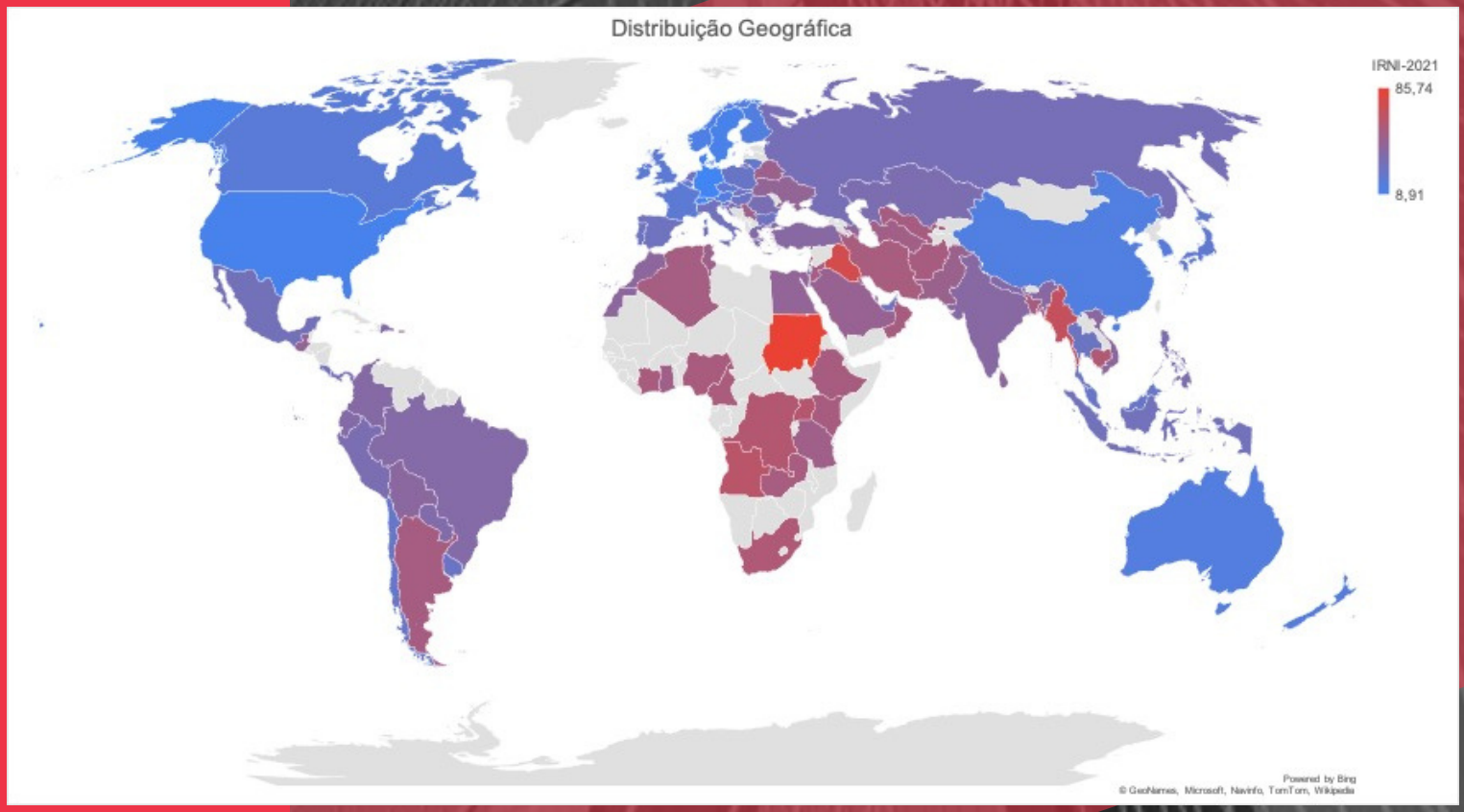
RANKING

PAÍS	ERNI - 2021	RELAÇÃO À MÉDIA
BANGLADESH	54,93	16,48
ARGENTINA	55,04	16,58
UZBEQUISTÃO	55,22	16,77
ZÂMBIA	55,36	16,90
AFEGANISTÃO	55,38	16,93
ETIÓPIA	55,58	17,13
OMÃ	55,65	17,20
QUÊNIA	55,66	17,21
IRÃ	55,86	17,41
NIGÉRIA	56,25	17,80
COSTA DO MARFIM	56,55	18,10
CAMARÕES	57,20	18,75
PORTO RICO	58,16	19,71
ÁFRICA DO SUL	59,31	20,86
CAMBOJA	59,47	21,02
CONGO	61,26	22,81
UGANDA	62,53	24,08
ANGOLA	64,39	25,94
MYANMAR	69,13	30,67
LÍBANO	71,11	32,65
IRAQUE	75,73	37,28
SUDÃO	85,74	47,28

RELAÇÃO Á MÉDIA



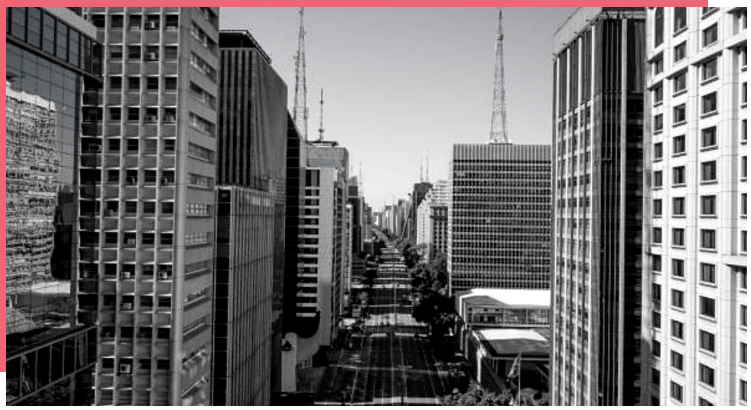
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA



ANÁLISES REGIONAIS

Américas

Ao analisarmos os índices de risco nas Américas, o que fica evidente é uma considerável diferença entre os países norte-americanos e latinos. Na América do Norte encontram-se dois países bastante desenvolvidos, Estados Unidos e o Canadá, que se destacam pelo baixo risco aos investimentos, tanto dentro do continente quanto em relação ao mundo. Ainda assim, é preciso notar que os Estados Unidos estão bem à frente do Canadá, obtendo a nota 11,86 enquanto o Canadá recebeu um índice de 20,05. O México, país inserido tanto na economia norte-americana quanto na cultura latino-americana, figura com 31,79, um índice muito acima de EUA e Canadá, mas ainda assim se mostrando um ambiente menos arriscado para investimentos estrangeiros do que a média mundial e mesmo a americana. A América Latina apresenta um cenário de desigualdade ainda maior entre os países, em relação aos riscos que oferecem.



Ao olharmos para Uruguai e Chile vemos índices mais próximos aos do Canadá e outros países desenvolvidos. No entanto, também temos países que apresentam risco bastante altos como o caso da Argentina e Porto Rico. Vale lembrar aqui a ausência da Venezuela no IRNI. A baixa qualidade ou mesmo inexistência de dados sobre o país fez com que ele deixasse de ser contabilizado entre as 100 maiores economias mundiais. É provável que a economia do país tenha tamanho para estar aqui, mas a ausência de informação confiável é tão grande quantos os riscos de se investir no país.

Os dados também apontam uma amplitude regional significante. Entre o país de menor risco e o de maior risco, existe uma diferença de 46,3 pontos. A própria pontuação entre os cinco países melhor posicionados apresenta grande divergência. Os Estados Unidos, por exemplo, possuem 18,8 pontos a menos do que o quinto país americano de menor risco, a Costa Rica. Dessa forma, fica evidente uma expressiva desigualdade regional, sobretudo entre os países norte-americanos e os países latinos. Só para exemplificar, a média norte americana é de 21,24, enquanto os países latinos apresentam uma média de 38,78, uma diferença de 17,54 pontos. Uma comparação entre as médias das duas sub regiões e a média global torna ainda mais evidente essa assimetria. Em relação à média global de 38,76, a média da América Latina se encontra muito próxima, com uma diferença apenas decimal. Enquanto a diferença entre a média mundial e a média norte americana é de 17,52 pontos, indicando um risco muito menor do que a média global para a subregião.

Ásia

Grande parte dos países asiáticos possuem uma relativamente recente independência e constituição de um Estado nacional. Dessa forma, mesmo tendo soberania para tomarem decisões econômicas, ainda sofrem drasticamente com o atraso que tiveram para começar a obter investimentos estrangeiros diretos.
Dado esse contexto histórico e outros problemas internos da região, tais como conflitos armados, é possível encontrar diferentes níveis de riscos de investimento no continente asiático. Ao analisar os dados do IRNI dos países da Ásia e comparar com os outros continentes, é possível perceber um alto nível de risco na maioria de seus países, com destaque para o Iraque com um índice de 75,73 e o Líbano, com 71,11. Estes dois países, além de possuírem os piores índice do continente, estão entre as piores posições de investimento no ranking mundial, justificado pela instabilidade política, corrupção e grande incidência de conflitos internos ou regionais. Pode-se ver, no entanto, que existem países que se destacaram no continente, como Cingapura e China, que obtiveram tiveram sucesso em entrar na ordem econômica global.



A China vem ganhando espaço em diversas frentes no cenário internacional, sendo colocada atualmente como segunda maior economia mundial, apresentando-se com um baixo risco à investimentos, na ordem de16,14 pontos. No caso de Cingapura, ex-colônia inglesa, possui o menor índice de risco do continente, 13,16, estando junto com a China entre os dez países menos arriscados para se investir no ranking mundial. A ressalva maior quando se fala em investimentos na China é, em parte, fruto de seu sucesso. A ameaça aos EUA como outra superpotência global faz com que preocupações geopolíticas apareçam. Espera-se ainda uma crescente tensão econômica com os EUA no próximos anos, com consequências globais.
Apesar de ser um país que depende de outros países para o sustento básico, devido a sua falta de recursos naturais e falta de espaço para agricultura, Cingapura apresenta alto investimento em tecnologia da informação, trazendo importantes ganhos no crescimento econômico do país. Mais ainda, sua posição geográfica na boca do estreito de Malaca, principal rota marítima entre os oceanos Índico e Pacífico, coloca o país numa localização única do comércio internacional.

Europa

Diversos fatores tornam o continente europeu bastante propício aos negócios internacionais, como por exemplo a integração econômica na zona do Euro e uma geografia que não dificulta demasiadamente a circulação de bens e pessoas. Quanto ao Euro, note-se que além de facilitar relações entre países, ele também é a segunda moeda mais valorizada mundialmente, sendo utilizado cada vez mais em transações financeiras de grande porte. Ademais, a zona do euro tende a trazer segurança aos investidores pois nela residem 300 milhões de pessoas e circulam 20% dos rendimentos mundiais. O bloco Europeu mostra-se uma uma área promissora a muitos tipos de investimento, devido a sua moeda estável em relação ao dólar, aos incentivos de bancos dentro da Zona do Euro, e aos aspectos sócio-culturais que permitiram a formação de um ambiente competitivo e atrativo para negócios internacionais.

Os destaques no IRNI vão para Suíça, Alemanha, Dinamarca, Suécia, Noruega e Finlândia, todos com índices de risco variando entre 8,91 e 16,19, muito abaixo da média mundial. Notadamente, Suíça e Alemanha, respectivamente com 8,91 e 9,05 são os dois primeiros colocados no IRNI como países menos arriscados, seguidos pelos EUA com 11,86. Já entre os países mais arriscados do continente podemos classificar Turquia, Ucrânia, Sérvia e Bielorússia, todos com pontuação acima da média global, variando entre 41 e 50,41.



África

A partir das análises quantitativas do índice de risco apresentado, foi possível compreender que o continente Africano pode ser considerado altamente arriscado para a internacionalização de uma empresa, pois ele possui diversas dificuldades religiosas, políticas e econômicas, que criam barreiras à entrada, além de um baixo rendimento caso a internacionalização seja efetuada. O Sudão por exemplo, possui, não só o maior número de IRNI do continente, como o maior de todos os países escolhidos para a pesquisa com uma marca de 85,74. Até o país com o menor número de IRNI do continente, Marrocos com 43,33, pode ser considerado arriscado para uma internacionalização se comparado à média de todos os países, que é de 38,76.

Os números desfavoráveis do continente devem-se em parte a conflitos armados que solapam as bases de um ambiente minimamente favorável aos negócios. Guerras entre países fronteiriços, divisões étnicas internas e a atuação de grupos terroristas estão entre os fatores que desestabilizam as instituições mercantis dos Estados africanos. Há evidentemente diferenças entre as economias do continente, porém, mesmo o país com o melhor índica, Marrocos com 43,33 está em situação pior do que a média mundial. O país que recebeu a pior pontuação no IRNI este ano foi o Sudão, com 85,74.

Oceania

Em relação è média mundial de 38,76, no IRNI-2021, os dois países da Oceania que aparecem entre as cem maiores economias do mundo, sendo eles a Austrália e a Nova Zelândia, possuem riscos relativamente baixos. Com políticas de abertura econômica, facilitação dos processos burocráticos, diminuição das barreiras de entrada, baixas taxas de corrupção e desemprego, governo e economia estáveis, não é de surpreender que a Austrália e a Nova Zelândia estejam entre os 15 países menos arriscados para se investir, com pontuações de 17,37 e 17,71 respectivamente. Sendo os dois países democracias liberais consolidadas, com baixíssima percepção de corrupção e uma integração econômica cada vez maior com a Ásia, Austrália e Nova Zelândia são ambientes seguros para negócios internacionais.



Só Nacionalismo Econômico?

Desde a crise de 2008 há uma grande preocupação que medidas protecionistas fossem tomadas e que levassem a uma interrupção do comércio internacional, e que, conjuntamente a desvalorização das moedas, fez reavivar a lembrança de medidas muito parecidas na década de 1930, e que foram de grande importância para levar o mundo à Segunda Guerra Mundial. Efetivamente não caminhamos nessa direção, até mesmo porque a economia de hoje é muito mais globalizada, principalmente pelo desenvolvimento das cadeias globais de valor (CGV) em detrimento das produções totalmente nacionais de então. Contudo, o mundo não está totalmente livre do risco de novas medidas econômicas nacionalistas que possam afetar os negócios internacionais.

O caso que mais tem chamado a atenção da grande mídia internacional é a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, iniciada pelo presidente Donald Trump. Até o momento, Washington já impôs sobretaxas com valor ao redor de US$ 300 bilhões em produtos chineses, abrangendo aproximadamente 50% das importações daquele país. Por sua vez, Pequim retaliou em US$ 110 bilhões, o equivalente a 85% das importações de produtos americanos. Portanto, há ainda muito espaço para novas medidas por parte dos norte americanos.

Com os dois lados prometendo não adicionar mais nenhuma sobretaxa e negociar para por fim a este conflito comercial, mas sem terem chegado a nenhum consenso não se tem compreensão completa dos possíveis desdobramentos que virão. Contudo, empresas e agricultores norte americanos já estão sentindo os primeiros efeitos, uma vez que as últimas tarifas chinesas foram direcionadas para atingir estados que votaram em Trump na eleição presidencial de 2016. Além disso, empresas que sentem as sobretaxas americanas estão tendo que escolher entre diminuir margem de lucro, buscar novos fornecedores ou aumentar o preço final.

Contudo, este não é o único aspecto de movimentos políticos nacionalistas que afetam o comércio internacional. Governos populistas eleitos na Europa e Sudeste Asiático, assim como governos autoritários, têm tomado várias medidas econômicas que não vão diretamente contra o livre comércio, mas afetam a competitividade de produtos importados. Na Polônia o Primeiro Ministro Mateusz Morawiecki se afastou da política de não intervenção do Estado na economia que o país seguia desde o fim do comunismo e entrada na União Europeia, e passou a adotar a política de um Estado mais ativo em termos econômicos, tendo como principais objetivos a criação de empresas "campeãs nacionais" e alcançar uma menor dependência do capital estrangeiro, a fim de atingir uma maior autonomia econômica nacional. A justificativa é que o capital privado nacional polonês é muito fraco, e por isso mesmo se torna necessário ter grandes empresas de construção civil como as espanholas, ou mesmo a fusão das duas refinarias particulares polonesas a fim de criar uma única grande capaz de competir no mercado polonês ou europeus com outros grupos da União Europeia, fazendo com que produtos ou serviços de outros países tenham maior dificuldade de competir
com equivalentes polonesas.

Já o presidente da indonésia Joko Widodo colocou que seu objetivo econômico será lutar pelo controle das riquezas naturais do país das empresas estrangeiras. Na verdade, já no seu atual mandato o presidente Widodo manteve a linha nacionalista estabelecida pelo seu antecessor, que tomou o controle de ativos controlados por multinacionais como Freeport-McMoRan, Total AS e Chevron. Recentemente seu governo criou legislação que obriga todas as empresas produtoras de petróleo vendam o óleo cru somente para a refinaria estatal PT Peramina, a fim de diminuir as importações dessa commodity. Em outra frente, o governo implementou medidas para apoiar produtores de arroz a fim de também diminuir a dependência externa desse produto, e em discurso recente, o presidente exaltou os empreendedores locais a serem mais ativos a fim de competir no mercado doméstico e assim prevenir que comerciantes estrangeiros “ocupem” o mercado indonésio.

Já o presidente da indonésia Joko Widodo colocou que seu objetivo econômico será lutar pelo controle das riquezas naturais do país das empresas estrangeiras. Na verdade, já no seu atual mandato o presidente Widodo manteve a linha nacionalista estabelecida pelo seu antecessor, que tomou o controle de ativos controlados por multinacionais como Freeport-McMoRan, Total AS e Chevron. Recentemente seu governo criou legislação que obriga todas as empresas produtoras de petróleo vendam o óleo cru somente para a refinaria estatal PT Peramina, a fim de diminuir as importações dessa commodity. Em outra frente, o governo implementou medidas para apoiar produtores de arroz a fim de também diminuir a dependência externa desse produto, e em discurso recente, o presidente exaltou os empreendedores locais a serem mais ativos a fim de competir no mercado doméstico e assim prevenir que comerciantes estrangeiros “ocupem” o mercado indonésio.

Esse nacionalismo econômico não se dá somente devido a governos nacionalistas, há a configuração de uma nova lógica de uma competição entre modelos sociais e econômicos. E isto fica mais claro ao se analisar alguns fatores nas relações entre os governos das duas maiores economias mundiais além da guerra comercial. O crescente nacionalismo da sociedade chinesa não é algo novo. Desde 1840 quando a China foi derrotada na guerra do ópio, a sensação de humilhação perante o ocidente é muito forte, levando a um sentimento nacionalista constante. O status da Taiwan tem sido uma fonte de constante crise com os Estados Unidos desde 1949, que ganhou nova dimensão com a crise do estreito em 1996, aumentou com o bombardeio à embaixada chinesa em Belgrado em 1999, e em 2016 com a decisão da Corte Internacional de Haia em favor das Filipinas e contra as pretensões territoriais chinesas no Mar do Sul da China só piorou a visão anti ocidental e anti americana na população chinês. Em um país onde notícias e movimentos sociais são controlados pelo governo, esse nacionalismo anti ocidental tem apoio do Partido Comunista Chinês, e tem resultado em vários protestos contra empresas americanas, e até mesmo em boicotes a produtos deste país. Esse sentimento só cresceu com as ações que o presidente Trump tomou no último ano, piorando as perspectivas de crescimento de vendas para empresas norte americanas e ocidentais no gigantesco mercado chinês.

Por outro lado, apesar das declarações do presidente Trump, a percepção norte americana não é somente de uma guerra comercial, e sim, de que a China representa uma ameaça à Segurança Nacional. Esta visão passou a se solidificar a partir de 2015 quando Pequim lançou a política industrial de Pequim "Made in China 2025", que objetiva dominar as tecnologias mais importantes para a economia do futuro. E, diferentemente do que se previu, o setor empresarial norte americano não está mais usando sua influência para defender políticas pró-China tanto na Casa Branca quanto no Congresso. Muito pelo contrário, este enfrentamento tem atraído apoio do empresariado e até mesmo do partido Democrata.

Há dois exemplos dessa ação mais abrangente do que uma simples guerra comercial. O primeiro é uma série de medidas que limitaram os investimentos privados chineses em alguns setores da economia americana, chegando até a proibição de aquisição de empresas de alta tecnologia por equivalentes chinesas. E o segundo exemplo, é algo inédito, a inclusão de duas novas cláusulas no novo tratado de livre comércio com Canadá e México, proibindo estes países a assinarem acordos do mesmo tipo com governos que não tenham economia de livre mercado ou que manipulam o câmbio a fim de favorecer exportações. As duas cláusulas foram desenhadas especificamente frente à China, e que já se espera que sejam inseridas em novos acordos que a Casa Branca está negociando ou que venham a ser negociados no futuro não muito distante.

Por isso, mesmo que Pequim e Washington cheguem a algum acordo em termos comerciais, a tensão entre os dois países não deverá diminuir, afetando terceiros países que tenham relações comerciais direta ou indiretamente com a economia chinesa. Esta realidade coloca em xeque a visão de que a lógica econômica se sobrepõe à política e à militar, pois ninguém quer pôr a perder ganhos econômicos advindos da integração econômica e comercial, quase como um futuro inevitavelmente melhor acontecerá. Contudo, a conjuntura econômica de hoje é muito parecida com a que havia na Europa do início do século XX, mas acabou resultando na Primeira Guerra. Além do mais, com a globalização mais acelerada das últimas décadas, gerou-se novos centros de poder dentro dos países e no mundo em geral, produzindo vencedores e perdedores, deixando as pessoas ansiosas com as mudanças que suas vidas e países estão passando rapidamente, e por isto mesmo, encontroam conforto para suas angústias em políticos fortes que prometem protegê-las. Estes populistas oferecem soluções fáceis para problemas complexos, tendo como principal foco, a economia. Por isso mesmo, há uma tendência de aumento de riscos para os negócios internacionais, mesmo entre economias interdependentes, ainda mais em um período de rápidas transformações econômicas e políticas.

Dada a pandemia de SARS-CoV-2, há perspectivas iniciais para a queda tanto do comércio em 9% segundo a Organização Mundial do Comércio, quanto dos fluxos de investimentos em 30% segundo a Organização para a Coopreação do Desenvolvimento Econômico. A queda foi sincronizada, mas a recuperação será diferente para cada país. Contudo, uma coisa é certa, tendência de protecionismo comercial vai aumentar, e deve afetar as cadeias globais de valor. Um primeiro setor que deve ser redefinido mais rapidamente será o hospitalar, uma vez que a

dependência nesta área que se tornou estratégico com a SARS-CoV-2, levou vários governos a tomarem medidas extremas, como o confisco de respiradores, equipamento de proteção individual ou mesmo medicamentos, como o governo italiano que confiscou quase dois mil respiradores destinados à Grécia, ou o governo Francês que confiscou quatro milhões de máscaras que seriam enviados para Espanha e Itália. Por isso mesmo, cada vez mais o chamado princípio da precaução, uma medida no âmbito da Organização Mundial do Comércio, com a qual governos podem usar para impedir a importação de produtos que possam colocar seus consumidores e cidadãos em risco, deve ser mais utilizada. Por isto pode-se esperar que padrões e normas de qualidade dos produtos vão substituir as alíquotas como formas de dificultar a importação de várias categorias de produtos.

Como em diversas áreas da política internacional, a SARS-CoV-2 vai acelerar processos já existentes. Dentre estes, pode-se considerar o protecionismo e o nacionalismo econômico como mais um processo que ganhará relevância para as análises de risco para os negócios internacionais.

